



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º 02/2015

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2015

INICIADA ÀS 14 HORAS E 35 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS E 43 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	04
- ORDEM DO DIA.....	10
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	31
- ENCERRAMENTO.....	31

ACTA N.º 02/ 2015

ABERTURA

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e quinze, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Prestação de Contas do Exercício do ano de 2014;
- 2.3** - 2.ª Revisão Orçamental;
- 2.4** - Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias:
Covilhã e Canhoso; Boidobra; Casegas e Ourondo; Erada; Paul; Orjais; São Jorge da Beira; Sobral de S. Miguel; Teixoso e Sarzedo e Unhais da Serra;
- 2.5** - Desafectação de Terreno do Domínio Publico para o Domínio Privado do Município do Prédio com a área de 26,50 m2 sito na Travessa do Sineiro - Covilhã
- 2.6** - Constituição do Conselho Municipal de Educação;
- 2.7** - Adesão do Município à UCCLA – União das Cidades Luso-Afro-Américo-Asiáticas.

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhor Dr. José Armando Serra dos Reis e a Senhora Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo, Dr. José Armando Serra dos Reis, Eng.º João Nuno dos Santos Silva Serra Duarte, Dra. Diana Catarina Lopes Louro, Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Fernando José Gonçalves Casteleira, Prof. Doutor Joel José Puga Coelho Rodrigues, Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael, Prof. Doutor Rui Alberto Lopes Miguel, Dr. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais, Dr. José Paulo Pina Simão, Prof. Doutora Sandra da Costa Henriques Soares, Dra. Ana Rita Aguilar Ferreira Gaudêncio Mineiro, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Luís Filipe da Silva Santos (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Enf.º Augusto Fernando Godinho Macedo (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Luís Filipe Fabião Pessoa (Unhais da Serra), José Morais Lourenço (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar – Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), António Paulo Pereira Ranito (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), João José de Oliveira Valério (Teixoso e Sarzedo) e João Luís Martins Gomes (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----**

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

PRESENÇAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, o Senhor Vice-Presidente Carlos do Carmo Martins e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba, Dr. Nelson António Mendes da Silva, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola.-----

--- O Senhor Vereador Prof. Joaquim Matias informou, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, que se iria ausentar da Sessão por ter que se deslocar à Associação Nacional de Protecção Civil em Castelo Branco onde irá ser apresentado o Plano de Combate a Incêndios para 2015. -----

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE

- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta formulada, ao Governo pela Senhora Deputada Paula Santos, sobre a "Modernização da Linha da Beira Baixa";
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a recepção da Moção "Contra a Violência de Género";
- E-mail da Assembleia Municipal de Viseu a remeter a Moção, aprovada por unanimidade, sobre o combate à corrupção;
- E-mail do Grupo Parlamentar do CDS-PP a acusar a recepção da Moção - Delegação de Competências;
- Fax do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a acusar a recepção da Moção - Municipalizar não resolve problemas, antes os agrava;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a Envia, para conhecimento, o Projecto de Lei que "Veda o acesso de empresas privadas às actividades económicas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos" que entregou no Parlamento;

- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a acusar a recepção da Moção sobre Delegação de Competências e remete a intervenção do Senhor Deputado José Luís Ferreira, proferida na Assembleia da República, no debate sobre descentralização;
- E-mail da Direcção Nacional do STAL a remeter o Relatório "Veio para Ficar" e Declaração alusiva ao Dia Mundial da Água;
- E-mail Circ. 319 do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins a informar que se revera no direito de tomar mão de todas as formas de combate à "actuação inenarrável do Governo" com os "princípios orientadores" que quer impor aos Municípios;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, o Projecto de Lei entregue na Assembleia da Republica e que "Altera o regime de Renda Apoiada, garantindo um valor de renda mais justo e acessível";
- Ofício n.º 260/2015 do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a recepção da Moção "Solidariedade com os Trabalhadores da Segurança Social";
- Ofício n.º 178 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Covilhã a remeter o Relatório Anual de Actividades e Avaliação – 2014;
- Ofício n.º 1315 do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a recepção da Moção "Municipalizar não Resolve Problemas antes os Agrava";
- Ofício n.º 1319 do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a recepção da Moção "Contra a Violência de Género";
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, o Projecto Lei que "Procede à segunda alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, e à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local e das Participações Locais".

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que hoje foi colocada *on-line* uma petição pública - em Defesa do Centro Hospitalar da Cova da Beira, de uma prestação de Cuidados de Saúde com qualidade, proximidade e ao serviço das Populações dos Concelhos de Belmonte, Covilhã, Fundão e Penamacor.

"Esta petição pública está *on-line* para ser assinada, eu próprio tive a honra de a assinar em primeiro lugar. Não posso deixar de dizer que, pessoalmente é uma petição que me é muito cara. Porque, como todos sabem, dediquei uma boa parte da minha vida ao problema da saúde na Beira Interior, nomeadamente à criação da Faculdade de Ciências da Saúde.

Gostaria de frisar que não há medicina, não há Ciências da Saúde, se não tivermos uma articulação devida com os Hospitais. E, os Hospitais que, de acordo com a Lei, estão articulados com a Faculdade de Ciências da Saúde são os Hospitais da Guarda, Covilhã e Castelo Branco, independentemente daquilo que lhe chamem é isto que consta na Resolução do Conselho de Ministros que criou a Faculdade de Ciências da Saúde.

Esta petição, para além dos diferentes pontos de extremo interesse, termina com um ponto que é fundamental para a Beira Interior - sejam dados os passos necessários para a constituição do Centro Hospitalar Universitário da Beira Interior.

Sem um Centro Hospitalar Universitário da Beira Interior será muito difícil termos a assistência devida para as Populações do Interior.

É, absolutamente, necessário termos uma Administração única e um Centro único, em toda a Beira Interior, para termos massa crítica, para termos serviço de referência, para podermos fazer a especialidade dos médicos que se vão formando na Beira Interior, mas que têm que partir para o Litoral. Porque aqui não existem centros de referência que lhes permita fazer a especialidade. E, se não a fizerem no Interior não se fixam, que é o que tem vindo a acontecer ao longo deste tempo.

Portanto, aquilo que agora chamam de Grupo Hospitalar da Beira Interior (eu primeiro não sei o que é um grupo, essa figura não sei onde é que ela está, como é que o financiam, como é que se articulam) é mais do mesmo.

A Faculdade foi criada em Novembro de 98 e, está na Resolução do Conselho de Ministros, daí para cá ficou consignado que se deveria criar o Centro Hospitalar Universitário da Beira Interior. É por isso que devemos pugnar para que a População do Interior tenha acesso aos cuidados de saúde. Eu não podia deixar de fazer esta referência, é uma petição que considero da maior importância.” -----

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Prof. Reis Silva, Representante do Partido Comunista Português fez uma vez uma intervenção referindo que a política do Governo é à revelia dos valores de Abril. E, disse "Afirmando as soluções para o País, o PCP continuará a intervir não só para denunciar toda a propaganda e mentiras que se avolumam à medida que nos aproximamos das eleições legislativas, mas também para afirmar um rumo e uma política alternativa patriótica e de esquerda" (**doc.01**). -----

--- O Senhor Francisco Moreira, Representante do Partido Social-Democrata, fez uma Declaração Política referindo que o Partido Social-Democrata, Secção da Covilhã, saúda os Autarcas do Concelho pela contribuição dada para a manutenção da exploração mineira da Panasqueira. E, que se congratula pelo trabalho de articulação entre as unidades locais de saúde (**doc.02**). -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais, Representante do Movimento Acreditar Covilhã, antes de iniciar a intervenção disse: "Eu sou Membro da Assembleia, fui Presidente de Junta durante sete anos e sempre me pautei por expressar a minha opinião onde quer que seja, nomeadamente em locais públicos. Não tenho medo. Acontece que, apercebi-me há dias, há algumas pessoas ou pelo menos uma pessoa que me identifica como o autor do suposto blogue que existe. Eu não tenho nada a ver com esse blogue!

Aliás, se tivesse não vinha aqui expressar a minha opinião, falaria atrás das giestas, como o Senhor Presidente costuma dizer. E, portanto, pese embora eu estar a sentir na pele aquilo que custa expressar a minha opinião de forma pública, com coimas que me estão a ser aplicadas por serviços camarários sem justificação e que, aliás, até já me tinham dito que falasse com o Senhor Presidente no sentido de me perdoar a dívida, mas eu não o vou fazer. Vou pagar a coima, com o sacrifício que isso me acarreta".

De seguida, o Senhor Dr. Paulo Tourais fez uma Intervenção Política: “Pensávamos já ter assistido a tudo o que era espectável vindo desta Câmara, mas uma notícia dos últimos dias disse-nos que a surpresa não tinha acabado...” **(doc.03)**. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro solicitou a palavra para pedir esclarecimentos e disse: “gostava de perguntar ao Senhor Deputado Paulo Tourais, do Movimento Acreditar Covilhã, duas coisas muito simples: 1.º se, ele na intervenção que fez, em relação às coimas, advoga em primeiro lugar o incumprimento? E, dizer-lhe, também muito claramente, que o tempo do beija-mão, do pedido de favores, para perdoar a coima, acabou!

E, o Senhor Deputado vai cumprir como todos os Cidadãos.

E, com o tempo do Partido Socialista, na Câmara Municipal da Covilhã, todos os Cidadãos cumprem da mesma forma. E, portanto, a pergunta é muito clara: saber se, o Senhor Deputado advoga o não cumprimento das obrigações que decorrem dos regulamentos e da Lei? Portanto, para todos os Cidadãos da Covilhã.

2.º É solicitar, também, o esclarecimento em relação à observação que fez em relação às alterações no edifício dos Paços do Concelho, porque foram muito saudadas pelo Líder do Movimento Acreditar Covilhã, o Senhor Vereador Pedro Farromba, em que saudou a intervenção que ia ao encontro daquilo que tinha sido também proposto pelo Movimento Acreditar Covilhã, em campanha eleitoral, que o Senhor Deputado aqui representa e, portanto, tentar perceber se o Movimento Acreditar Covilhã deixou cair essa proposta e se deixa de apoiar essa solução?” -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais prestou esclarecimentos e disse: “uma Intervenção Política não sei se tem resposta, mas eu não me importo, evidentemente, de responder.

Em relação à 1.ª questão da coima, pedia ao Senhor Deputado Hélio Fazendeiro que nas minhas intervenções estivesse um pouco mais atento. Eu nunca pedi o perdão, nem o esquecimento da coima, aliás, eu disse que a vou pagar. Portanto, sendo eu o único habitante da zona que vai ser autuado por uma situação que é idêntica a várias pessoas, não quero pensar que isto seja uma questão política, porque se eu pensasse que isto era uma questão política outros galos falariam. Compreende? Portanto, eu vou pagar aquilo que fui autuado. Fiz a defesa, não foi validada. E, portanto, pagarei e espero que todos paguem. A minha intervenção foi nesse sentido. Eu estou a pagar, esperando que todos paguem. E, não fui falar com o Senhor Presidente da Câmara, que certamente me perdoaria a coima, como certamente perdoa às pessoas da sua amizade, que aliás já assisti aqui, e não o fiz.

Quanto ao outro aspecto, o Movimento Acreditar, efectivamente, apresentou um plano de requalificação da Praça do Município, um plano global, abrangente e não aquilo que os Senhores estão a fazer que é pura e simplesmente esvaziar Serviços Públicos dos Paços do Concelho para abrirem duas lojas que não conseguiram abrir no espaço Montalto.

Portanto, uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Quanto ao facto do Senhor Dr. Pedro Farromba defender essa posição - o Movimento Acreditar é um Movimento plural, é um Movimento de pessoas que têm a sua própria opinião, não estamos obrigados a seguir ideologias rígidas, como é o seu caso.

E, portanto, no meu caso eu manifesto aqui a minha opinião”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra e disse: “para que conste em acta que o Senhor Deputado Paulo Tourais disse, *ipsis verbis*, que eu perdoo dívidas a pessoas da minha amizade. Vai ter que demonstrar isso no local próprio. Que conste em acta, que disse isso e que o disse aqui”. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou: “estamos no período de intervenções dos Líderes Municipais, são intervenções de carácter político conforme estabiliza o Regimento. Eu agradecia que o Representante do PS fizesse a sua intervenção”. -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia apresentou um protesto: “na sequência de uma resposta a um pedido de esclarecimento, foram levantadas suspeições em relação a um Órgão Autárquico e a um Titular de um Órgão Autárquico. Eu queria aqui manifestar o protesto, porque acho que essas suspeições devem ser sempre fundamentadas”. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro, Representante do Partido Socialista, fez uma Declaração Política referindo que, tal como a grande maioria dos Portugueses, faz uma avaliação muito negativa dos 4 anos de Governação da Direita em Portugal.
“O Partido Socialista está a construir uma alternativa credível e responsável ao actual Governo!” **(doc.04)** -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra apresentou uma Moção a propor uma Homenagem aos quatro Empresários falecidos recentemente – **Aníbal Ramos, Carlos Fernando de Oliveira Saraiva, José Manuel Pereira Nina e Manuel Mesquita Nunes (doc.05)**. -----

--- Colocada a Moção à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- A Senhora Prof. Doutora Sandra Soares apresentou um de Voto de Pesar em memória do **Senhor Prof. Doutor José Mariano Rebelo Pires Gago (doc.06)**.-----

--- Colocado o Voto de Pesar à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

--- O Senhor Dr. David Silva – Tortosendo - referiu-se às obras de remodelação do Mercado, uma obra muito importante para a sua Freguesia, que se vai designar Casa da Vila. Um espaço multiusos que vai ser a casa de três Associações. Convidou todos os Membros para a inauguração e agradeceu à Câmara Municipal o apoio dado a esta iniciativa.

Referiu, também, que várias obras inauguradas, no 25 de Abril, foram levadas a cabo pelas Juntas de Freguesia, pelo que “Esta Câmara Municipal deve olhar de forma firme para o trabalho que é feito pelas Juntas de Freguesia, porque nós demonstramos que fazemos e sabemos fazer!” -----

--- A Senhora Dra. Graça Castelo Branco fez uma intervenção referindo a importância do desenvolvimento da articulação do Centro Hospitalar com a Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior. Convidou todos os Membros da Assembleia Municipal a assinar a petição pública, proposta pelo MAC na reunião pública do Executivo, realizada no mês de Março e assumida como petição dos Órgãos na reunião de 17 de Abril, já lançada *online* (**doc.07**). -----

--- O Senhor João José Valério - Teixoso e Sarzedo – “Senhor Presidente, tenho aqui mais um ponto, que é vergonhoso voltar a falar no mesmo, que é sobre a requisição do incêndio da Atalaia. Isto é vergonhoso! Se a Câmara não quiser pagar diga-me, hoje claramente, que eu faço um peditório às pessoas da Atalaia para me pagarem a despesa que eu tive.

- O caminho do Terlamonte está intransitável, já mandei vários *e-mails* para a Câmara e não tenho resposta;

O caminho do Senhor Dr. Brito Rocha o muro está caído, quando lá houver um acidente, uma morte, será arranjado;

- Tenho as casas de banho concluídas no Sarzedo, gastámos 15 mil euros, o Senhor Presidente disse que dava ajuda, já lá vai um ano e não temos nada;

- Temos o problema das Tarefeiras que, há 3 meses, se a Junta não lhe pagasse não recebiam ordenado; as refeições da cantina há cinco meses que não são pagas pela Câmara. É de lamentar a Junta de Freguesia estar a pagar as dívidas da CMC. Peço desculpa, mas é verdade.

- A Sede do Grupo Desportivo se não fosse eu pessoalmente atravessar-me, tinha já sido vendido em hasta pública. O Senhor Presidente prometeu que arranjava os 14 mil euros ao Grupo Desportivo. Agradecia que isto fosse de imediato, porque eu não posso estar a suportar as dívidas do Grupo Desportivo. Andaram os advogados de volta daquele processo e todos diziam que não tinha recuperação e eu com um telefonema simplesmente resolvi o problema. Precisamos é da ajuda da Câmara, agora, para pagar a dívida”. -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael apresentou uma Moção de Saudação ao 1.º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador (**doc.08**). -----

--- Colocada a Moção à votação, foi a mesma **aprovada por maioria com 39 votos a favor (PS, MAC, PCP e Presidentes de Junta de Freguesia) e 4 abstenções (PSD)**. ----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “eu começaria, também, por fazer um parêntese, como o Deputado Paulo Tourais, e dizer que realmente o MAC é um Movimento de contradições. Se, por um lado, tivemos aqui hoje um Deputado a dizer que não tinha nada a ver com os blogues, no passado dia 25 de Abril tivemos um Deputado a elogiá-los. É de saudar essa diferença e essa pluralidade no Movimento Acreditar Covilhã.

Quando em Setembro de 2013 os Covilhanenses elegeram o PS para assumir os destinos do nosso Concelho, fizeram-no de forma livre e esclarecida, com sentimento de esperança num futuro melhor para a nossa Terra e de uma forma diferente de fazer e estar na política. Uma forma aberta, leal, de disponibilidade e de genuína preocupação pelo próximo e é, ao fim-e-ao-cabo, esta actuação que tem caracterizado este Executivo,

como provam, o trabalho feito ao nível das Minas da Panasqueira, que já foi aqui referenciado e outras iniciativas desse género.

Tenho para mim que qualquer político seja ele de âmbito Local ou Nacional, deve falar a verdade aos seus Eleitores, aceitar a crítica, permitir a liberdade de opinião e de imprensa e não perseguir ou demandar todos aqueles que não concordam com ele.

Pois é, porque o tempo dos políticos que demandavam tudo e todos, acabou! Estar ao serviço do Povo é cumprir o que se promete!

Neste capítulo, por curiosidade, fui percorrendo alguns dos traços do programa eleitoral com que o Partido Socialista se assumiu há um ano e meio atrás. Fiquei admirado com as inúmeras realizações que já lá constavam: elaboração de uma Auditoria; implementação do Orçamento Participativo; redefinição da marca Covilhã; reorganização da despesa e do investimento com base em premissas de eficiência e justiça social; pagamento aos fornecedores com estratégia.

Neste caso concreto, a nível da gestão financeira rigorosa, levada a cabo por este Executivo, permitiu a redução da dívida. O que possibilitou a esta Câmara Municipal que não fosse intervencionada pela Tróica dos Municípios, o FAM. O Município encontrava-se numa situação financeira difícil, mais difícil do que inicialmente se esperava, devido a uma série de sentenças em Tribunal e a cortes que ainda não estavam em vigor. Foi necessário trabalho, rigor, muito rigor e a verdade é que se conseguiu evitar que o Município fosse intervencionado pela Tróica. Essa é que é a mais pura das verdades!

Este é o caminho que foi escolhido pelos Covilhanenses, em Setembro de 2013, um caminho de rigor, de realizações, de esperança e de futuro para nós e para os nossos filhos.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Para além da informação escrita, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, prestou esclarecimentos sobre o *dossier* do Silo Auto do Pelourinho através de uma apresentação em PowerPoint. -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra: “Esta apresentação, que o Senhor Presidente nos faz sobre um tema, que todos ficámos a saber, que é grave, põe em causa o futuro e vem adensar a dívida.

Não me reconheço nesta forma de gerir os destinos do Concelho e o PSD demarca-se, em absoluto, daquilo que foi realizado sobre este contrato.

O PSD nunca defendeu, aquilo que hoje são, as PPP's. Aquilo que foi feito na ParqC configura a vanguarda de uma PPP, a vanguarda de alguém que queria fazer obra, de alguém que queria dar outra moldura ao Pelourinho e vendeu o solo ao preço que hoje ficámos a saber que custou. Os dados e as condenações apresentadas são graves e devem merecer, sem qualquer espécie de política partidária, de todos nós, que fazemos parte deste Órgão, o devido esclarecimento.”

Apresentou um Requerimento a solicitar esclarecimentos sobre ajustes directos (**doc.09**).

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “Da Informação que nos foi fornecida, pelo Senhor Presidente da Câmara, verificamos que a Câmara aprovou princípios e normas do Orçamento Participativo e uma equipa de gestão do mesmo, composta pela estrutura da Câmara Municipal. Lamentamos que persista na criação da ilusão da participação da População. E, lamentamos que persista na criação de um faz de conta que irá criar algumas expectativas, mas que no fim alargará o exército dos que se sentem enganados. Continuamos a defender que uma gestão participada não necessita de um Orçamento Participativo”.

- Quanto à alienação de Lotes na Zona Industrial do Tortosendo: pode explicar a diferença de tratamento das Empresas;

- Registamos a aprovação de Delegação de Competências em 9 Freguesias para trabalhos diversos, os Contratos de Colaboração com o Movimento Associativo e outras Instituições, o trabalho feito é reconhecido pela Câmara. Contudo, não tenho qualquer informação do trabalho que a Autarquia faz nessas atribuições, já tinha colocado esta pergunta e volto a coloca-la. A Autarquia tem atribuições específicas e responsabilidades na promoção da cultura e do desporto, que acções é que a Câmara tem planeadas, de forma coerente, sistematizadas e que desenvolveu no período a que se refere esta informação escrita?

- 41.º Aniversário do 25 de Abril - o programa está um pouquinho melhorado, em relação a anos anteriores, mas muito longe daquilo, na nossa opinião, que Abril e os valores que transporta merece;

“Em relação à Informação que o Senhor Presidente da Câmara nos trouxe, de facto, considero que para além da responsabilidade (é que falamos do anterior Presidente da Câmara Carlos Pinto, Carlos Pinto, Carlos Pinto, parece que a Câmara só era formada e composta pelo Senhor Carlos Pinto, Carlos Pinto) eu penso que a Câmara é um colectivo e que as responsabilidades da Câmara são do Presidente, como é evidente, mas também são de quem aprova as propostas.

E, resta saber aqui, Senhor Presidente da Câmara (porque da minha parte digo-lhe já, eu votei contra a concessão do PARQC, em 99. Eu estava na Câmara e votei contra esta parceria público privada na Covilhã), quem é que eram os restantes Vereadores que estavam na Câmara, que também aprovaram esta proposta, este desastre como foi aqui dito e se calhar vamos encontrar, no actual Executivo, um responsável, um dos responsáveis que votou favoravelmente esta proposta e todas as outras seguintes, relacionadas com o PARQC. Ai vamos encontrar vamos! Porque eu sei quem lá estava em 99! É necessário pedir responsabilidades administrativas, é verdade, mas num processo destes não é só o Presidente da Câmara e não podemos estar aqui a condenar o Senhor Presidente da Câmara, só. Temos que condenar também politicamente o PSD na sua globalidade, enquanto Partido Político, que deu suporte a essas maiorias ao longo

dos anos e que nunca emitiu um comunicado a discordar desta parceria público privada. Não vamos culpar só quem esteve à frente, que tem responsabilidades, mas existem responsabilidades também políticas e partidárias de quem deu suporte, de quem deu apoio, durante os últimos 16 anos, a todo este comportamento doloso, com muito prejuízo para a Cidade, para o Concelho e para a População.

De facto existem essas responsabilidades, porque no Concelho da Covilhã existem mais PPP's do PSD, existem mais! PARQC, ADC, ADS e a Habitação Social do Tortosendo e Teixoso e têm todos em comum duas coisas: o PSD e a SOMAGUE!

Aliás, eu lembro-me, de numa das intervenções, que eu disse e afirmava, há uns anos, que no Concelho da Covilhã não precisávamos da Câmara, nem do Executivo Municipal era bastante o Conselho de Administração da SOMAGUE para gerir, no fundo, todo o património e os destinos do Concelho. Portanto, há que assumir responsabilidades, porque o PSD concorda com as parcerias público privadas. Ou seja, existem responsabilidades pessoais, não só de uma pessoa, mas de todo aquele grupo da maioria na Câmara Municipal e também há responsabilidades políticas que devem ser sacadas publicamente, porque não podem passar pelo intervalo dos pingos da chuva". -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão: "relativamente à exposição, que foi agora exibida pelo Presidente da Câmara, devo dizer que estou absolutamente estupefacto, ou como diria mais prosaicamente a minha alma está parva. Mas, todo este imbróglio, que é jurídico, mas também é político e também é pessoal, do meu ponto de vista tem nomes e tem caras e não é preciso ir muito longe para vermos que toda esta questão, este contrato de arrendamento, estes negócios feitos rápida e aceleradamente têm responsáveis, têm cara e têm nome.

Eu fui ao site da Câmara ver as actas, onde se fala exactamente disto, e então há uma acta de 13.9.2013 em que esta questão do silo auto e do acordo, que estava em cima da mesa, do contrato de arrendamento foi a discussão e foi reprovado com os votos contra do Vereador Vítor Pereira, João Correia, Graça Sardinha, João Esgalhado e Pedro Silva e houve votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente, dos Senhores Vereadores Luís Barreiros e Paulo Rosa, estas são as pessoas que se disponibilizavam a aceitar o contrato de arrendamento que estava em cima da mesa para resolver o litígio que existia na altura. Este é o tal contrato que referia que a Câmara se disponibilizava a pagar os 13 milhões de euros, que o Senhor Presidente muito bem aqui explicitou neste trabalho que foi exibido, mas como isto foi chumbado neste dia, logo a seguir no dia 19.9.2013 veio novamente à baila a questão e numa acta de uma reunião extraordinária, deste dia, mais uma vez a votação da questão do silo auto, mais uma vez os votos contra do Vereador Vítor Pereira, Graça Sardinha, Serra dos Reis, João Esgalhado e Pedro Silva, com os votos a favor dos Vereadores Luís Barreiros e Paulo Rosa estas são as pessoas, eu já nem vou a 99, eu só me quero centrar na questão do contrato de arrendamento nos tais 13 milhões de euros, estas são as pessoas que votaram favoravelmente esta possibilidade de resolução do problema que estava em cima da mesa, os tais 13 milhões de euros. São estas as pessoas, não vale a pena escamotear a realidade, não vale a pena dizer que é só o Senhor Presidente da Câmara, o anterior Presidente da Câmara, e os restantes elementos do Executivo, para já não falar de outros.

Agora, Senhor Presidente da Câmara Vossa Excelência falou de 13 milhões de euros e informou-nos aqui que existia, ou existe uma decisão arbitral que condena o Município em 7 milhões de euros, portanto não são 4 milhões, eu na leitura que faço a diferença não são 4 milhões, são mais de 4 milhões, são 6 milhões. Agora eu pergunto-lhe a si Senhor Presidente é possível negociar ainda estes valores? Porque se for possível negociar, e eu sei que é possível negociar à margem de negociação e em direito e nestas questões há sempre margem de negociação, é ou não é possível, do ponto de vista razoável negociar estes valores? Eu penso que sim. Vossa Excelência dirá a seguir. De qualquer maneira eu por acaso trouxe a carta aberta aos Covilhanenses deste Senhor que a propósito da questão do Silo-auto do Pelourinho diz assim: Como pode um Presidente da Câmara dar de mão beijada à parte em litígio oponente ao Município a admissão pública que admite pagar 12 milhões de euros por equipamento que não vale mais de 4 milhões? Esta conduta deve obrigatoriamente constar nos anais das histórias das infantilidades de um Autarca irresponsável. Eu deixo a pergunta: este Senhor estava-se a referir a quê?

Aproveitar a circunstância para lhe fazer mais uma pergunta, a propósito de um outro tema que não tem nada a ver com este, é um tema muito mais feliz do que este, porque este realmente é um tema que é uma das grandes infelicidades deste Município, mas voltando a um tema novo que também me parece importante do ponto de vista da Democracia eu quero-lhe perguntar o seguinte: ouvi no último discurso que fez no 25 de Abril que convidou determinada personalidade para Provedor do Município, eu penso que isso é uma inovação, uma realização extremamente importante para a democracia. Porque é preciso nós sabermos o que é o provedor, o provedor nasceu nos Países Nórdicos com o objectivo de defender aqueles que não têm voz, de dar voz àqueles que não têm voz e eu quero realçar aqui essa decisão, em boa hora que eu também já tinha perguntado por ela, em boa hora Vossa Excelência e a Câmara decidiram nesse sentido e eu quero perguntar, no sentido de perceber, então como é que vai funcionar esta figura aqui na Covilhã do Provedor do Município e com quem?" -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael: "foi enviado a todos os Deputados Municipais o Relatório Anual da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, numa leitura breve que fiz aquilo que me chamou mais a atenção e está no próprio relatório é que de 2014 para 2015, já em 2015 isso já é afirmado no relatório, há um aumento do número de casos, o que significa e no fundo traduz a realidade da exclusão e da pobreza que é visível, que é sentida e que afecta sobretudo e cada vez mais as crianças. Há portanto mais processos, há menos processos arquivados. Queria chamar a atenção da Câmara para esta situação, no sentido de disponibilizar os meios, quer financeiros, quer humanos, quer técnicos, à Comissão de Protecção. Se eles estão a ser fornecidos, ainda bem que assim é. Mas perante esta realidade, provavelmente, é necessário reforçar os meios que estão disponíveis.

E, uma pergunta que eu queria fazer, que está conexas com este Relatório, com esta realidade, tem que ver com um compromisso que o Senhor Presidente assumiu, relativamente à criação de residências para situações de emergência. Queria saber como é que está esta situação relativamente à criação de residências para situações de emergência.

Uma segunda nota, já ouvi hoje aqui o PSD dizer que é contra as PPP's. Enfim, para quem inaugurou o modelo *thatcheriano* das PPP's em Portugal, creio que estamos conversados relativamente à coerência, mas já percebi que é o PSD Secção da Covilhã.

Mas aquilo que me preocupou foi o PSD dizer que está de acordo com o Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao Grupo Hospitalar, e porquê? Porque por detrás desta conversa do PSD, da racionalização, da gestão integrada, da não duplicação de serviços, da massa crítica, aquilo que nós vamos observando no País, é que à conta desta conversa, aquilo que vai acontecendo é a concentração de serviços, a centralização de atribuições e competências, litoralização, esvaziamento, e também, e sobretudo na área das funções sociais do Estado e designadamente nesta área da saúde. Aquilo que eu queria perceber, é qual a posição do Senhor Presidente da Câmara relativamente a esta matéria, porque eu creio que a petição é a petição justa, porque deve ser esse o caminho, defender a melhoria dos serviços que temos, o reforço dos serviços que temos, as valências dos meios humanos e dos meios financeiros que temos disponíveis. Isto, obviamente, não colide com uma gestão partilhada. Enfim, troca de experiências, troca de saberes, mas nada da perspectiva que está a coberto e sub-repticiamente está sempre subjacente e às vezes explicitamente subjacente àquilo que temos visto na actuação deste Governo. Portanto a minha pergunta era esta: qual é a posição do Presidente da Câmara relativamente a esta matéria?" -----

--- A Senhora Eng.^a Catarina Mendes "Se me é permitido, até porque o Deputado Jorge Fael fez referência ao Relatório da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, e atendendo a que, nesta Assembleia, há Membros que fazem parte da alargada e eu própria fazendo parte da restrita, responder parcialmente a algumas das questões que foram feitas. Relativamente ao número de casos, efectivamente aumentaram, mas isso também se traduz por um aumento significativo no número de sinalizações associadas ao absentismo e a cumprir-se à risca aquilo que está aplicado no estatuto do estudante, faz com que tenham aumentado exponencialmente o número de sinalizações feitas pelas escolas associadas a esse absentismo e esse abandono escolar. Daquilo que me é transmitido, até por outros colegas da restrita que estão lá há mais tempo, existe uma boa coordenação dos funcionários que são cedidos a esta Comissão e também existe uma boa coordenação da própria Comissão com outras Entidades que fazem face também a esse aumento de pobreza no nosso Concelho, nomeadamente a Cruz Vermelha, as Conferências de S. Vicente e por aí adiante, de maneira a sempre haver uma resposta a essas necessidades. Relativamente ao número de funcionários, não houve uma diminuição, manteve-se praticamente aquilo que existia, com aquilo que neste momento é disponibilizado pela Câmara Municipal e penso que até tem... há um reconhecimento da própria Comissão de todos os elementos da Comissão da boa vontade e da boa colaboração que o Município tem trazido à Comissão". -----

--- O Senhor Eng.^o João Nuno Serra pediu a palavra para defesa da honra da Bancada, uma vez que o PSD foi citado em intervenções da CDU: "Dizer ao Senhor Deputado Jorge Fael e, já agora, ao Prof. Reis Silva que o PSD tem toda a coerência, o PSD é um Partido plural onde não sai de Lisboa uma recordatória e aqui na Beira Interior todos falam em função dessa recordatória, ao contrário de Partidos onde o Senhor Deputado milita e o PSD tem essa pluralidade. Relativamente às PPP'S eu quero dizer-lhe o seguinte: é que nas PPP'S, as PPP'S não são preto e branco. Nas PPP'S, há PPP'S que são virtuosas para o País e há PPP'S que não são virtuosas para o País e para a Região, como esta que acabámos de ver. Quando se coloca numa PPP em que o risco está todo do lado do público, é evidente que isso o PSD não defende.

Portanto, as Pontes Vasco da Gama e PPP'S que foram virtuosas para o País, isso não está lá nos contratos. Para terminar, dizer que o ambiente plural, que se vive no Partido onde milito, é de tal forma que houve, no passado, dois Vereadores Eleitos pelo PSD que não acompanharam este processo da PARQC, como foi aqui já citado, inclusivamente pelo Senhor Deputado do Partido Socialista. Portanto, ficam a saber que o PSD é um Partido plural, coerente e o PSD da Covilhã tem efectivamente as suas posições que não estão em coerência com aquilo que é o PSD Nacional. -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais face à explanação que o Senhor Presidente da Câmara aqui nos trouxe tinha, como é evidente, vontade de esgrimir aqui alguns argumentos e poderia só para citar uma base de início, declarações em Janeiro, Vossa Excelência dizia que vai procurar até 31 de Março chegar a um novo acordo, não tenho vontade de o cumprir. Neste momento, o Tribunal arbitral está a aguardar, até 31 de Março, que as partes se venham a entender.

Bom, mas como entendo que a explanação, que aqui foi feita, carece de muitos esclarecimentos, retiro o meu pedido de intervenção, porque lhe farei chegar, esta semana, um requerimento com um conjunto de perguntas relativas a esta questão que agradeço que depois seja esclarecido por escrito. Obrigada". -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo disse: "comecei por tomar nota daquilo que o Senhor Presidente da Câmara veio aqui dizer, e peço-lhe desculpa, com muita lata, que tem respeito por esta Assembleia.

Tinha visto a sua informação escrita, que legalmente está obrigado a fazê-lo à Assembleia, e qual não é o meu espanto estive aqui quase meia hora a ouvi-lo sobre um facto que não está na informação escrita e que, se calhar, deveria estar. A primeira pergunta que eu lhe coloco, Senhor Presidente, em nome do respeito que o Senhor diz ter por esta Assembleia, é saber qual é que foi a data da sentença, que o Senhor esteve aqui meia hora a falar? Isso foi posterior, ou anterior à data da informação, que o Senhor envia ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, que é de 23 de Abril de 2015?

O Senhor, publicamente, diz que não teve conhecimento da sentença, duas semanas antes, depois aqui vem dizer que, em Abril teve conhecimento, foi notificado da sentença. Quando estivemos a rever o Regimento da Assembleia, se calhar para não boicotar o trabalho da Câmara não foi aceite, pedi que fossem incluídos alguns temas na informação escrita. Porque desta informação escrita que nos chega, Senhor Presidente e peço-lhe que reflecta e que corrija nas próximas informações, mais não resulta do que aquilo que já consta e que já é público das Reuniões de Câmara. Aquilo que vai à Reunião de Câmara e que é publicado e qualquer Cidadão tem conhecimento. E, nós como Membros da Assembleia Municipal temos que o ser e temos que acompanhar a vida Municipal, nada disto é novo!

A informação, à Assembleia, não é um mero pró-forma. É, de facto, fazer aquilo que o Senhor fez aqui, mas fazer atempadamente, para que as pessoas se possam preparar, para que as pessoas tenham perguntas para lhe fazer.

Eu confesso-lhe que gostaria de analisar a sentença, até porque sobre essa matéria, sem prejuízo do Requerimento que o Dr. Paulo Tourais lhe vai fazer chegar, aquilo que o Senhor fez aqui é um exercício, peço-lhe desculpa, de má-fé, é um exercício capcioso do que é uma análise de uma sentença.

E, portanto, eu como Jurista não posso entrar neste jogo e dizer que sim senhor e ou tem razão ou deixa de ter razão, preciso de analisa-la, lê-la e depois concluir.

Agora, o que eu não posso deixar de constatar são factos que a mim me preocupam, estas declarações que o Dr. Paulo Tourais acabou de ler são suas e publicamente são de Janeiro de 2014, Janeiro de 2014. E, em Janeiro de 2014 o Senhor Presidente da Câmara, que agora vem aqui dizer o que diz, disse claramente: Isto não é para cumprir! Tenho que lhe dizer duas coisas relativamente à sua apresentação sobre esta matéria, a primeira é: que não é admissível, nem aceitável que o Senhor tenha feito uma longuíssima apresentação numa assembleia popular, há mais de um ano, sobre esta matéria em que disse cobras e lagartos, tudo e mais alguma coisa e não foi capaz de dizer aquilo que hoje veio aqui dizer e que já constava do processo. A forma amigável, amorosa, que aqui estamos a falar, de tudo isso, foi tudo escamoteado há um ano atrás. O Senhor já era Presidente de Câmara, teve conhecimento do processo, devia tê-lo feito e devia ter, fundamentalmente agido. O Senhor o que fez aqui foi lançar uma série de suspeições sobre a forma como foi dirigido o processo e se na altura não tinha confiança na pessoa que estava a dirigir o processo devia tê-lo substituído, devia ter dito: olhe, as regras são outras.

Mais e mais grave, nós somos Juristas e sabemos o que é que estamos a falar, também não é admissível, nem aceitável que o Senhor Presidente venha aqui dizer que afinal de contas, de facto uma resolução implica a quebra de um contrato e que se tenha dito: ah, o contrato continuou! E que não tenha dado instruções ao Jurista que acompanhou o processo ou a outro: Olhe, faça lá um articulado superveniente que se esqueceram disto! E venha dizer, nomeadamente os lucros, ou os rendimentos que a PARQC teve desde o momento da resolução até agora para abater ao valor que estamos a falar. Também não se entende! Por muito que me custe dizer-lhe isto desta forma, depois da sua apresentação, sou obrigado a fazê-lo, porque a responsabilidade aqui tem um nome e é sua.

A propósito daquilo que disse aqui, estou perfeitamente de acordo com tudo aquilo que já aqui foi dito, pelo Senhor Presidente e dou-lhe os meus cumprimentos se o vai fazer, pelo Senhor Membro da Assembleia Reis Silva que também diz que deve ser feito, que é responsabilizar toda a gente.

A nível da responsabilidade do que é que são as decisões dos Órgãos Públicos eu começo a perguntar-me se nós sabemos o que é que é a Lei. Sabemos que andamos aqui a votar contra, e já foram aqui lidas declarações, mas eu pergunto alguma destas votações contra teve declarações de voto, que isentasse da responsabilidade os que participaram nessas deliberações? É que a Lei exige-a, para isentar a responsabilidade!

É que nós para responsabilizarmos, não podemos responsabilizar só uma pessoa, temos que responsabilizar todas as pessoas que participaram naquela deliberação, com excepção daquelas que votaram contra e que fizeram declaração expressa de voto contra. Que eu saiba e daquilo que já passei vejo muitos votos contra, declarações de voto não vejo nenhuma, portanto responsáveis são todos.

Peço-lhe de facto encarecidamente que o faça e relativamente à questão do PARQC não me vou pronunciar porque não tenho elementos. Não posso chegar aqui e embarcar num *show-off* do Senhor Presidente: isto é assim, isto é frito, isto é cozido e agora temos que...Não! Vamos fazer isto como deve ser, Senhor Presidente, e é aquilo que a Lei obriga e aquilo que o nosso Regimento também diz.

Relativamente à informação escrita que estava definida: Estamos em Maio e eu ainda não vi o Orçamento Participativo na rua. Gostava de saber quando é que o Orçamento Participativo é lançado para a rua, para as pessoas participarem;

Relativamente às alienações não consigo compreender, a não ser que seja por mero erro de informação que peço que corrijam se assim for, mas de facto não se entende esta discriminação, que é uma discriminação negativa a dois níveis, ao nível de preço e ao nível de imposições;

Relativamente aos contratos de delegação de competências - são efectivamente para ser cumpridas, no que diz respeito às verbas a transmitir, porque aquilo que se vê e todos dizem à boca pequena é que não recebem os dinheiros;

Para quando os contratos de programa para atribuições de subsídios? O que é que as Associações recebem e o que é que a Câmara recebe também em troca? É dar por dar? É dar a quem dá jeito? É dizer aos amigos? Como é que isto funciona?

Por último, pela informação que circulou presumo que o Senhor Presidente já foi a uma reunião da UCCLA, já participou nela ainda antes de aderir. Não sei a que título é que foi, se foi a título de convidado, mas gostava também que explicasse essa situação;

Quanto às Entidades Empresariais e não Empresariais, Societárias e não societárias em que a Câmara tem participação, existe alguma justificação plausível para que a ICOVI não tenha disponibilizado as suas contas, não tenha disponibilizado os seus resultados?" -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira disse: "o Senhor Deputado João Bernardo diz que é preciso ter lata, eu digo é preciso ter lata ao quadrado vir aqui a este Órgão falar de informações escritas ou da qualidade de informações escritas. Eu era do tempo em que não havia informações, eu era do tempo em que as informações se resumiam a um quadro de números e contas, um quadro financeiro entre o deve e o haver.

Eu começaria por enaltecer não só o papel que esta Assembleia teve na alteração do Regulamento Municipal e na democratização dos trabalhos, mas também a forma clara, a falar verdade aos Senhores Deputados e aos Covilhanenses e a expor os assuntos que muitos, por falta de coerência, querem ver escondidos.

Senhor Presidente era importante acabar com certos mitos que aí correm, nomeadamente a questão das despesas com o pessoal, porque pelos vistos nas palavras do Senhor Deputado Paulo Tourais, foi assim que ele começou a sua intervenção, o Senhor Presidente encheu a Câmara de militantes Socialistas, vejam só! Encheu a Câmara de militantes Socialistas. As despesas de pessoal do Município afecto ao seu Gabinete devem ser de tal maneira que ultrapassem em larga medida aquilo que é o limite por Lei. Ou, eventualmente aquilo que foram as outras Câmaras Municipais que o antecederam. Senhor Presidente eu achava que, também, com a clareza com que nos tem trazido os assuntos que incomodam, porque as verdades doem e quando as verdades doem as pessoas vêm dizer que é preciso ter lata, mas eu com a verdade e com a forma e a clareza com que o Senhor Presidente apresentou estes assuntos eu gostava também de ver esclarecido, senão nesta numa próxima Assembleia, esta questão das famigeradas despesas com o pessoal". -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo pediu a palavra para defesa da consideração: “O Senhor Membro da Assembleia que acabou de referir que eu é que teria a lata de vir aqui falar noutras situações, tenho que informar o Senhor Eng.º Oliveira de duas coisas: estou em substituição de uma pessoa que foi eleita, entrei nesta Assembleia Municipal na primeira Sessão após o 29 de Setembro de 2013, sei o que é que se passava cá antes, se calhar por isso é que eu cá não estava. O Senhor quando fala tem que falar com consideração a quem esteve e a quem não esteve.

Tenho o privilégio de ter pertencido a essa Comissão da liberdade deste Regimento, também tenho o direito de o evocar e do respeitar, por essa razão é que digo o Senhor Presidente não faz, não cumpre aquilo que a Lei manda e por isso tem que a cumprir, agora se o Senhor entende que isso não é ter lata e chegar aqui e atirar uma bomba à última da hora estará no seu direito e na sua consideração.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões que lhe foram colocadas:

- Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Nuno Serra e porque são questões de natureza eminentemente técnica, têm a ver com questões de contratação e aqui apenas se cumprem as Leis da República, relativamente à contratação e porque temos competentes quadros, no nosso Município, que zelam pelo bom cumprimento da Lei, onde nem o Presidente da Câmara, nem os Senhores Vereadores interferem porque são questões eminentemente técnicas e que têm a ver sobretudo com o cumprimento de questões de natureza do ordenamento do território num caso, noutro tem a ver com a contratação pública eu pedia ao Senhor Eng.º Vieira que pudesse tanto quanto possível prestar ao Senhor Deputado Nuno Serra os esclarecimentos relativos àquelas adjudicações a que ele se reportou.

O Senhor Eng.º Jorge Vieira: “as questões que o Senhor Deputado colocou foram todas à volta do procedimento de contratação do ajuste directo, umas em relação às Empresas convidadas, outras em relação ao alegado incumprimento do somatório das contratações do ano económico, dos dois anos anteriores, não poder ultrapassar o limite fixado para o procedimento. Como compreenderá não temos aqui o historial da Empresa a quem foi contratado a prestação de serviços, portanto não é possível fazer essa verificação das constas, mas queria só chamara a atenção para uma *nuance* desse articulado, que diz que não se pode fazer uma nova contratação ao prestador de serviços a quem já foi contratado no ano económico, dos dois anos anteriores, um somatório de contratos de valor igual ou superior ao limiar que está fixado para o ajuste directo. Isso significa, imaginemos no caso da prestação de serviços em que o limiar é 75 mil euros, se esse somatório no momento em que o Senhor pretende fazer uma nova contratação for, imaginemos, 74 mil euros significa que o Senhor pode fazer mais uma, mesmo que ao somar às anteriores a nova contratação o Senhor exceda os 75 mil euros. Não sei se será o caso se não será o caso. Nós tínhamos que agarrar em cada um dos casos, verificar à data da contratação quantas contratações existiam no ano económico, nos dois anos anteriores, e verificar se esse articulado é violado ou não. Isto para dizer o quê? Para dizer que, não sei se é o caso ou não, estar a fazer as contas sem ter em consideração o facto de ultrapassar os 75 mil euros não significa que se viole o articulado. No momento em que acrescentamos mais um contrato o somatório, dos anteriores, não pode estar nos 75 mil euros e nem ter excedido os 75 mil.

No que diz respeito à lista das Empresas a consultar, só queria fazer aqui uma nota, o ajuste directo é um procedimento de contratação que está previsto no código dos contratos públicos, é evidente que o procedimento que se deveria sempre utilizar, e que é o ideal, é o concurso público, mas o ajuste directo é um procedimento que está previsto. A terminologia ajuste directo dá a entender que se está a entregar alguma coisa, em exclusivo a alguém (que é um procedimento errado, ou um procedimento menos nobre do que o concurso público), o Código dos contratos públicos prevê-o, não fixa um limite mínimo de Entidades a consultar, ao ponto de permitir a consulta apenas a um único prestador de serviços. Portanto, quando a Câmara Municipal entende adoptar o procedimento ajuste directo para contratar uma prestação de serviços, é evidente que tem que identificar quem são as Empresas a consultar. Isso varia de caso para caso, varia da especificidade, da importância, da particularidade daquilo que se pretende contratar, não há dois casos iguais. Recordo-me de ter falado do fornecimento do projecto da Estrada 506, presumo eu que era isso, outro caso do Plano de Pormenor do OPG5 do Plano de Urbanização da Grande Covilhã, estamos a falar de um Plano de Pormenor não estamos a falar do Plano de Urbanização. Quem é que consultámos? Consultámos Empresas com quem já tínhamos anteriormente tido relações contratuais de prestações da mesma natureza, certamente que haveria muitas outras. Nós costumamos privilegiar as Empresas e os prestadores de serviços locais, mas nem sempre isso é uma regra que se segue. Dar-lhe uma explicação porque é que foram esses e não foram outros, neste momento não me ocorre explicar-lhe, estamos a falar de algo que aconteceu em 2014, por volta de Maio ou Junho de 2014. As Empresas que foram consultadas eram Empresas com as quais nós já tínhamos anteriormente feito outras contratações, que conhecíamos, que nos davam garantias de qualidade do trabalho que se pretendia contratar, não há outra razão que não essa". -----

- O Senhor Eng.º João Nuno Serra disse: "o Senhor Presidente empurrou para a técnica este assunto, eu acho que este assunto é político e não tão técnico, mas enfim. A interpretação que foi dada foi a que foi dada. Aquilo que posso dizer relativamente à técnica é que o que diz a alínea, é que não podem ser convidadas, nem estamos a falar no plano da contratação, é que não podem ser convidadas, mas deixemos para depois essa técnica e obviamente que os Serviços vão averiguar tudo isso. Não quis colocar aqui, com a minha intervenção, qualquer questão relativamente aos Serviços, porque eu entendo que os Serviços da Câmara, seguramente tratam de acautelar todas estas questões. Relativamente ao Plano de Pormenor - as Empresas que foram consultadas, porque isso está público, as que coloquei no Requerimento pedi à Câmara para informarem porque não é público, se fosse público não precisava, mas estas é público e as Empresas que foram convidadas foi a PROENGEL, a DINOPE e a EFS. A DINOPE refere o Senhor Eng.º que já teve relações contratuais com a Câmara anteriormente, não sei se teve. Aquilo que me suscita dúvidas é que se convidou uma Empresa que a única coisa que fez em termos públicos e de curriculum foi a elaboração de um projecto de execução de um Posto Médico no Alandroal, no valor de 24 mil euros e portanto se os critérios que orientam a consulta e neste caso foram estas três, porque é que foram três e não foram dez? Que se saiba o ajuste directo permite que consulte mais empresas, mas há algum mal em consultar mais empresas?

Porque é que foi a PROENGEL, a EFS que se sabe o core da EFS, que é uma empresa local, é fiscalização, foi consultada para isto e porque é que não foram outras? Basicamente é isto e portanto penso que a Câmara em devido tempo irá responder a esta Assembleia". -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

- Senhor Deputado Nuno Serra - A ICOVI tem um resultado líquido positivo de 460 mil 110 euros, portanto há-de haver aí um lapso da sua parte, *errare humanus*. Tenho conhecimento que as contas estão devidamente aprovadas e formalmente cumprido tudo quanto é necessário a esse propósito. Vou diligenciar para que essas mesmas contas sejam publicitadas como é de Lei, portanto penso tê-lo esclarecido a esse propósito;

- Senhor Deputado Vítor Reis Silva - os critérios da celebração de protocolos de transferência de competências para as Juntas de Freguesia, são feitos com a habitual parcimónia com que estas questões devem ser tratadas, sempre norteados pelos princípios da necessidade, da proporcionalidade, da urgência e foi isso que nos levou a celebrar esses protocolos, como no passado outros e outros serão no futuro, nunca todos ao mesmo tempo, porque infelizmente não se pode acudir a toda a gente e ao mesmo tempo. Aqui também estou a responder ao Senhor Presidente da Junta do Teixoso que tomei muito boa nota das questões que suscitou. Da parte da Câmara não há quaisquer discriminações, vêm aí para aprovação protocolos de 4 Juntas do Movimento Acreditar Covilhã, uma da CDU, 3 do Partido Socialista e uma independente de Casegas, portanto estão a ver que não há aqui, nem pode haver, nem nunca poderá haver e enquanto eu for Presidente de Câmara isso não será objecto de qualquer discriminação, porque as Juntas de Freguesia são todas iguais, obviamente que umas têm mais população, mais urgências, mais premências;

Eu compreendo que haja Senhores Presidentes de Junta, porque são todos zelosos e eu tenho igual consideração por todos, todos eles acham que a sua Freguesia merece mais, precisa de mais e ao pensarem dessa forma estão, e bem, a defender os interesses das respectivas Populações, mas também hão-de entender que quem está deste lado de cá e tem que gerir de forma equitativa os dinheiros públicos, tem que sopesar as vossas premências, as vossas urgências e as vossas dificuldades. Não há aqui quaisquer outras razões que presidam à celebração de protocolos com as Juntas de Freguesia.

Falou no Desporto e na Cultura, no programa do 25 de Abril, obviamente que eu tomo por elogiosas as considerações que fez relativamente ao programa do 25 de Abril, não há programas perfeitos, não há nada perfeito neste Mundo! Todos nós somos imperfeitos, todos nós temos os nossos defeitos e portanto tentamos é fazer o melhor que sabemos e podemos, também nestas Comemorações do 25 de Abril tivemos essa preocupação de ao mesmo tempo que tratávamos da Cultura, do Desporto, tratávamos também de sinalizar este acontecimento com a inauguração de obras, com o lançamento de outras obras, com a divulgação de projectos, com a inauguração de serviços que são muito importantes para a População. Acho que demos um salto muito significativo com a criação do Balcão Único, é algo de inovador, de importante para o Concelho da Covilhã, para os nossos Municípios, o atendimento não voltará a ser o mesmo que era dantes no Concelho da Covilhã. Os nossos concidadãos têm mostrado um profundo agrado pela forma como estão a decorrer os trabalhos de atendimento no Balcão Único. Isso significa que as coisas estão a correr bem.

Relativamente à questão da PARQC eu penso que mais claro não poderia ter sido e acreditem Senhoras e Senhores Deputados que não me norteou outra razão que não tenha sido a de puro esclarecimento. E, depois, na vida pública é-se preso por ter e não ter cão. Se eu tivesse levado primeiro o assunto à Câmara Municipal havia alguns que hoje aqui estiveram no púlpito a dizer que o assunto deveria ter vindo primeiro aqui.

Eu não respondo a blogues anónimos e isto para dizer que também lamento que os Órgãos de Comunicação Social vão recolher informação a locais anónimos, a blogues anónimos para questionar os políticos em exercício. Isso é uma coisa infame!

- Senhor Deputado Pina Simão o montante da condenação, efectivamente é de cerca de 7 milhões de euros, mas o resultado que apresentei é àquilo que tem que se pagar, efectivamente a condenação é de 7 milhões de euros e 7 para 13 são 6 obviamente, mas há os juros e os juros têm que se pagar daí o computo global e ao dizer isto estou exactamente a responder a quem me pergunta se estava a negociar, pois é óbvio. Negociei, sentei-me *n* vezes, nem tenho de memória as vezes que me sentei com os Responsáveis da PARQC para negociar este acordo. Mas, eu volto a repetir e basta qualquer um dos Senhores Deputados fazer este simples exercício, imagine-se que vocês estão do lado de lá, que alguém vos colocou na mão um passarinho gordinho com 13 milhões de euros e depois vem outro a dizer não, não, desculpe lá, 13 não dou, nem pensar. Ah mas 13 já me ofereceram. Ah mas eu 13 não dou. E a conversa andou à volta disto. Claro que as Empresas são todas muito importantes, estão todos cheios de dinheiro, mas a verdade é que nas negociações pesam questões que têm a ver com a vida e o curso normal das Empresas. As Empresas querem liquidez, querem ter o dinheiro disponível. Devo adiantar-vos que estou em negociações, na medida em que a oposição ao cumprimento desta sentença, por mais fundamentada juridicamente que ela esteja, há o factor tempo e o tempo é dinheiro e o dinheiro é caro e tenho fundadas esperanças de conseguir ainda um valor substancialmente mais baixo do que aquele que foi objecto da condenação para podermos cumprir honradamente aquilo que outros grosseiramente incumpriram. E portanto acho que com isto também estamos conversados.

Grupo Hospitalar da Beira Interior, quando fui confrontado pela primeira vez, através de um Senhor Jornalista, com esta questão as minhas declarações, que mantenho, foram a de que há muito tempo que defendo isso. Há muito tempo que eu defendo e propugno é que os três Hospitais, o de Castelo Branco, o Centro Hospitalar da Cova da Beira e o da Guarda, funcionem sob um único Conselho de Administração, sediado na Covilhã por razões naturais e de forma articulada, de forma a respeitar também o ADN e a génese de cada Hospital, todos nós sabemos que a Covilhã tem uma tradição em especialidades como a patologia clínica e a cardiologia, por exemplo, e em Castelo Branco tem a gastroenterologia, a Guarda tem a pneumologia, sem falar de outras especialidades, mas estas são aquelas que mais sobressaem. Obviamente que nós defendemos que esses Hospitais mantenham o seu ADN, a sua génese, a sua vocação, tenham essas valências e que a Covilhã não seja a esvaziada! Nós não podemos permitir, nem nunca permitiremos, terão sempre a nossa oposição se alguma vez quiserem esvaziar a Covilhã dos seus princípios e os seus princípios.

Aproveito para referir que disse ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, na passada terça-feira, em Coimbra e ao Senhor Director Regional da Administração Regional do Centro, da Saúde, fui lá, solicitaram a minha presença, na qualidade de Presidente da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, e foi-me referido pelo Senhor

Secretário de Estado da Saúde que aquilo que se pretende é uma cúpula composta pelos Senhores Presidentes dos Conselhos de Administração dos três Hospitais, no sentido dessa cúpula coordenar a agenda dos três hospitais, que visava também a articulação das especialidades entre si no âmbito dos três hospitais (porque o Hospital do Fundão faz parte do Centro Hospitalar da Cova da Beira) e portanto a verdade é que esta cúpula funcionava mais para articular especialidades, para fazer a agenda e para funcionar como central de compras e de forma rotativa, no fundo foi-me transmitido o esqueleto da portaria que se pretende publicar a este propósito. Aliás, disse-me o Senhor Secretário de Estado que se inspirava, para este efeito, no grupo de Hospitais Oncológicos do País que já funcionam desta forma, diz ele. Eu não pude deixar de sublinhar que a nossa pretensão é de que efectivamente exista um único e apenas um único Conselho de Administração que coordene os três Hospitais, não estão aqui em causa as pessoas, estão em causa as funções e a forma coordenada com que ele tem que funcionar, em que a filosofia é aquela que obedece ao funcionamento da Faculdade de Ciências da Saúde e ao *know how* instalado no Centro Hospitalar da Beira Interior e com as valências que actualmente existem, quer nuns quer noutros hospitais. Tudo o que fuja a essa lógica somos frontalmente contra! Isto foi dito de forma bem clara. Também vos devo dizer que entre a não existência de um Centro Hospitalar da Beira Interior e a actual situação, é verdade que esta tímida, este pequeno passo que se quer dar é um pouco, para citar uma frase feita, é deixar tudo como está para ver como fica. Porquê? Há um pequeno avanço quando ele devia ser significativo, quer-se aqui criar escala a nível das compras e eu acredito que desta forma se poupe dinheiro, com toda a honestidade intelectual tenho que reconhecer mesmo não concordando com esta arquitectura, há aqui este ganho, é um ganho que tem a ver com a escala das duas ULS e do Centro Hospitalar, mas a verdade é que isto não resolve o nosso problema. Mais ainda, estou convencido que isto nem sequer será uma realidade antes das próprias Eleições e, depois, o futuro Governo, seja ele qual for, terá uma palavra a dizer definitivamente sobre esta matéria. O que eu deixei bem claro foi que, defendendo sempre um Centro Hospitalar, pode ser Grupo o nome não é o mais importante, o mais importante é o conteúdo, é a forma como funciona e isso não me deixou grandes expectativas relativamente ao futuro e ainda assim se vier a ser aprovada esta portaria no sistema de grupo hospitalar, com esta cúpula, que aliás o Senhor Secretário de Estado me disse: “não é uma coisa dura, pesada. É uma coisa leve em termos orgânicos”. Pois é tão leve que nem sede tem!

Sou frontalmente contra a rotatividade da gestão!

Ah, mas não é bem assim é que 6 meses fica um dos Senhores Administradores a gerir a agenda e depois nos outros seis meses é outro...

Oh Senhor Secretário de Estado, mas eu não estou a ver como é que isso funciona, um Órgão sem sede!? Não estou a ver como é que isso funciona.

Ah é para evitar ferir susceptibilidades.

Eu compreendo, aliás devo sublinhar a gentileza e a amabilidade e a educação do Senhor Secretário de Estado que está a querer tratar esta questão com muitas pinças, este é um ano Eleitoral, o que é compreensível para os Partidos Políticos e para quem governa e para quem quer ser reeleito e de maneira que este *dossier* vai fazer ainda correr muita tinta e muita água há-de passar por baixo das Pontes até ele estar resolvido.

Confrontei o Senhor Secretário de Estado com uma Reunião que tive com ele no dia 12 de Junho de 2014 e disse: Oh, Senhor Secretário de Estado relembro-o de que me disse:

“O Centro Hospitalar da Cova da Beira e as ULS da Guarda e Castelo Branco devem potenciar a acção do ACES e devem ganhar entrosamento relativamente às valências em que são fortes e trabalhar de forma articulada. Os cuidados hospitalares primários devem trabalhar articuladamente.” No fundo, o que me quis dizer é que na altura defendia uma orgânica tipo Centro Hospitalar e agora defende outra orgânica que não se parece com ela que tem algumas coisas de positivo, não devemos ser catastrofistas, nem dizer que isto não é nada, mas é pouco! É pouco ou quase nada na medida em que há apenas ganho no que diz respeito a economias de escala e quando muito as articulações, no que diz respeito às especialidades. Agora, há uma coisa importante e eu coloquei a questão, eu levei uma série de questões ao Senhor Secretário de Estado e ao Senhor Director Regional, que foi quais eram as competências atribuídas a esse Órgão? Aquilo que me disse é, que já têm a resposta, agenda, valências e central de compras. Que estruturas hospitalares é que iriam integrar? Que eram as que estão, as ULS da Guarda e Castelo Branco e o Centro Hospitalar da Cova da Beira. Aproveitei para questionar sobre o problema do Hospital do Fundão, mantive aquilo que tenho defendido publicamente, aqui e noutros fóruns, relativamente à não entrega do Hospital do Fundão. Disse-me que isso não estava em causa, neste momento é um *dossier* que está, digamos assim, a aguardar melhores dias. Falei-lhe na questão das Maternidades, que defendíamos a manutenção das três maternidades, porque elas são importantes para a Região. Disseram-me também, quer o Senhor Secretário de Estado, quer o Senhor Director Regional que as maternidades eram para manter. Questionei-os sobre as valências, disseram-me que as valências não vão ser retiradas, as actuais valências, que aliás iriam ser reforçadas e foi nesse contexto que me deram a boa-nova de que os Serviços de cardiologia no que respeita à hemodinâmica iriam ficar sediados no Centro Hospitalar da Cova da Beira. E, portanto, dizer-lhes assim em sumula e sem os maçar muito. Aproveitei para dizer que estava também presente o Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, o meu colega Presidente de Câmara de Vila Velha de Ródão, que representava o Presidente na sua impossibilidade, que também colocou idênticas questões e concordou, no essencial, com aquilo que vos estou aqui a dizer. Discordávamos apenas numa coisa: é que quando eu defendi a centralidade geográfica e científica e de experiência da Covilhã, não concordava, obviamente, com esta posição. Aliás, e com isto termino relativamente a este problema, se nós hoje ainda não temos, lamentavelmente, um Centro Hospitalar, chamemos-lhe o que que quisermos, mas algo que funcione de forma integrada e a sério, em rede, como funciona nos Estados Unidos, ou por exemplo na Inglaterra, que são dois exemplos de bom funcionamento (não estou a dizer de Serviço Nacional de Saúde, que isso é outra questão, estou a falar de funcionamento entre unidades orgânicas, entre Hospitais), se não temos essa realidade é por causa das quintinhas. E, eu na altura em que esta questão se colocou, aí as forças políticas da Covilhã sempre estiveram de acordo todas elas, era de que efectivamente esta é a solução, a nossa centralidade não pode ser escamoteada, não pode ser relegada para segundo plano e opor-nos-emos, com todas as forças, a qualquer solução que passe pelo esvaziamento da nossa centralidade e da nossa preponderância, porque ela é natural, não é impositiva, não é arrogante, não é pesporrente. É científica, tem fundamento na experiência e tem fundamento no funcionamento.

E, portanto, contra factos não há argumentos! E isto são factos!

Dizia, e bem, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que este é um assunto que lhe é caro, porque ele acompanhou, enfim, com muito denodo, com muito empenho e a ele também se deve muito do que temos neste domínio, no domínio da Saúde e na questão da Faculdade de Ciências da Saúde na Covilhã. Estamos todos irmanados do mesmo espírito e daí estarmos, também, todos a subscrever a mesma petição por unanimidade e é isso que continuaremos a fazer.

Julgo que desta forma respondi a todas as questões”. -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo pediu esclarecimentos: “Confesso que começo a ter que ser inventivo para tentar conseguir que o Senhor Presidente responda a uma questão que lhe tenha colocado. Não consegui responder a nenhuma. Fiz-lhe duas questões muito simples e várias concretas: qual é que é a data da sentença do PARQC? Quando é que teve conhecimento dela? E, se foi antes, porque é que não vem nesta informação escrita? Esta são três além das outras todas, designadamente aquela que diz respeito à discriminação em termos de valor na alienação de terrenos no Parque Industrial do Tortosendo”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu: “a questão dos Lotes, obviamente que nós estamos cá, contrariamente ao que se fez no passado relativamente a essas matérias, eu peço desculpa mas é inevitável falar no passado. Eu sei que há alguns que dizem: lá está ele outra vez a falar no passado, mas o passado condiciona o presente. E o passado sabem o que é que significa? É que se construiu um Parque Industrial e andou-se a vender aos privados aquilo que devia ficar no domínio público e nós contrariamente a Castelo Branco ou à Guarda ou outras Cidades, onde chegam Empresários que querem um espaço, toma-o lá, entregam-lho a 1 euro ou dois simbolicamente, nós andámos a vende-los aos privados, a fazer especulação imobiliária e agora vêm aqui com lata e é com lata, sem topete a colocar questões desta natureza, quando sabem que nós estamos com as dificuldades financeiras que temos e que são muitas. Isto é uma realidade! E depois questionam porque é que vendemos a 6 euros a um e a 8 euros a outro? Muito simples Senhor Deputado, eu queria-o era preocupado com a substância e quanto à substância, já agora faço aqui um parêntese, até porque foi uma das intervenções que já aqui foi produzida, está convidado para no próximo mês ir ao Salão Nobre para a apresentação de um conjunto de empresas que se vão instalar na Covilhã e para a criação efectiva de um significativo número de postos de trabalho e com isto também respondo a todos aqueles que dizem: Os tipos andaram a fazer inaugurações no 25 de Abril e não anunciaram nenhuma Empresa! Oiça, cada um tem a sua agenda! Cada um conduz a vida gestionária do seu Município da forma que entende. Nós inaugurámos muitas coisas, nas mais variadas áreas, no 25 de Abril e em Maio, que é o mês do trabalho, vamos falar sobre o trabalho, sobre as empresas e vamos, no Salão Nobre, para desgosto de muitos, porque alguns dizem que querem cá empresas e empregos, mas não querem nada. Queriam é que nós não tivéssemos capacidade de o fazer para andarem a agitar essa bandeira a dizer: Olha estes, estes não são capazes, estes deixam fugir, estes não trazem para cá nada. Não, enganam-se! Vamos trazer, vamos fazer e vamos faze-lo de forma solene, na casa do Povo da Covilhã, que é o Salão Nobre da Câmara Municipal, onde os empresários irão anunciar os próprios empreendimentos e o Senhor Deputado até pode questionar esses próprios empresários.

Mas eu respondo-lhe à questão, isto foi um parêntese, para dizer que a diferença de preços tem a ver com o volume do investimento e com o número de criação de postos de trabalho. Quanto às obrigações são sempre as mesmas, quem não cumpre tem de reverter. Aliás, há vários empresários e cidadãos a título individual que não cumpriram e que nos próximos dias vão ter o respectivo pedido de reversão a favor do Município, mas hoje não vamos falar nisso, porque há um cidadão que já aqui falou nisso, ele é tão incumpridor que depois há-de pensar outra vez que andam a persegui-lo. Isto para dizer que a diferenciação de critérios não é para discriminar, é para diferenciar positivamente quem cria mais postos de trabalho, quem tem o maior volume de investimento tem que ser diferenciado, isto é um incentivo que damos às empresas e aos empresários para que se fixem no Concelho da Covilhã.

Eu sei, Senhor Deputado, que o Senhor desta vez não foi atropelado por um comboio, foi por dois ou três e, então em vez de estar preocupado, eu queria que o Senhor me perguntasse era: onde é que vamos resolver este problema? Eu gostava que o Senhor me questionasse, isso é que revelava que estava a defender os interesses do Povo, de quem o elegeu. Se o Senhor fosse realmente uma pessoa preocupada com os assuntos da Covilhã e não com a questão da forma. Eu não cuido de saber se as pessoas são bonitas, se são feias, se são gordas, se são magras, se são altas ou se são baixas, interessa-me é da sua substância e a substância deste problema tem a ver como é que ele se resolve. E, eu gostava de o ouvir era a dar sugestões como é que ele se resolve. Eu gostava de o ouvir, em vez de estar aqui com esta conversa... olhe para citar, da treta. Desculpe, olhe da treta, o que o Senhor veio aqui fazer sobre esta matéria foi conversa da treta, da treta. Aliás, as suas intervenções são quase sempre conversa da treta. Desculpe, mas tenho que lhe dizer isto, olhos nos olhos, e portanto o Senhor traga-me é substância, sumo, não ande com parra". -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo disse: "Senhor Presidente, com a devida vénia, tenho que pedir a defesa da consideração. Peço desculpa. Porque treta, porque treta, já vi muita. Agora, relativamente a duas questões a que não tenho resposta e continuo a não ter resposta!? E aí, a treta, vem de onde vem! Mas, há aqui duas questões muito simples, é que eu sou Jurista e sei o valor de uma sentença, portanto eu não sei o que é que o Senhor quer negociar, eu não sei o que é que o Senhor pode negociar numa sentença, mas pronto. E numa sentença que não tem recurso. Aquilo que eu não admito, nem posso aceitar é que efectivamente o Senhor se furte às respostas e depois venha dizer que é conversa de treta. Peço desculpa, mas aqui se há treta está bem identificada, mas fica registado". -----

2.2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2014

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 10 de Abril de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o disposto no n.º 1, do artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, através do ofício n.º 2647 de 2015.04.13 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes:

- O Senhor Dr. João Bernardo disse: “Na discussão do Orçamento de 2014, alertei que era um Orçamento que em nada corrigia os erros do passado e dizia: estão a empolar receitas que não existem, estão a definir questões relativas à venda de imóveis que não existem, que não vão ser feitas e isto vai ser um orçamento para não cumprir, ou para cumprir muito deficitariamente. E, infelizmente foi isso que aconteceu. Para quem tanto fala do passado, efectivamente cumpriu o passado integralmente. Parabéns, Senhor Presidente.

O Orçamento era irrealista, era irrealizável e foi aqui apelidado e publicamente apelidado de Orçamento das Juntas de Freguesia. Continuamos, efectivamente, a esperar por esse Orçamento.

Fomos confrontados, já na Primavera de 2014, com uma Auditoria, Primavera que foi em Setembro ou Outubro, que levantava uma série de questões, suspeições. Factos que, curiosamente, não vejo reflectidos nesta Conta de Gerência, se algum erro havia nas constas de 2013, se algum erro foi apontado e se existia nessa Auditoria (que supostamente é válida porque terá sido feita por pessoas técnicas, por técnicos avalizados, escolhidos pela Câmara, que serão realistas), de facto passou como cão por vinha vindimada, não está aqui nada, não há aqui nenhuma correcção ao exercício de 2013. Pergunto se estas contas não correspondem à realidade, ou a Auditoria não trouxe nada de novo às contas que existiam?

Pergunto-lhe, relativamente aquilo que me perguntou, o que é que eu faço para resolver, ou como é que eu me disponibilizo para resolver estas questões da PARQ C, da ADC e de outras situações? Pergunto aos Serviços Técnicos (que me ajudem nesta matéria, atendendo a que são processos judiciais de longos anos, e estamos a falar de uns que o Senhor Presidente acabou de ser notificado, de uma nova sentença, enquanto aqui estávamos, mas que diz respeito a um processo já de há décadas, de há 20 anos) se este processo da PARQ C não é obrigatório em termos contabilísticos, em termos do que são as receitas e as contabilidades da Administração Pública, provisionar estes valores para fazer face ao seu pagamento, no caso e na eventualidade de os mesmos serem negativos para a Câmara Municipal? Se não estão, acho que não está a ser cumprida a Lei. Se estão, o Senhor Presidente continua a empolar uma situação que já lá está a solução.

Outra questão, que me leva a questionar a validade destas contas é as Águas da Serra. Foi feito algum registo no Comercial, recentemente, das quotas da Câmara nas Águas da Serra? Pergunto-lhe, porque se o fez, muito bem, não o vejo! Não consigo verificar com os meios que tenho. Mas, de qualquer maneira, não o fazendo como é que é possível uma Entidade da qual a Câmara não é sócia constar das contas da Câmara? Estamos a fazer uma falsidade com a qual eu não posso pactuar.

Apenas foi realizado um terço do investimento que estava previsto.

O Senhor Presidente conseguiu fazer, na Covilhã, mais do que a Tróica conseguiu fazer em Portugal. O Senhor conseguiu penalizar as Juntas de Freguesia, as Associações, os Cidadãos deste Concelho de uma forma absurda, inaceitável.

Para quem tanto critica o que o Governo faz, a nível Nacional, o Senhor fez pior na Covilhã.

E, concluindo, o balanço do ano de 2014 não pode ser senão negativo. E, estas contas, que são apresentadas, não reflectindo tudo o que se tem que reflectir e reflectindo coisas que não deveriam ser reflectidas, não podem contar senão com o meu voto negativo.” -----

- O Senhor Eng.º João Nuno Serra disse: “o PSD não pode votar favoravelmente esta prestação de contas em nome do rigor e coerência que as contas do Município nos devem merecer e que estas contas não apresentam.” **(doc.10)**. -----

- O Senhor Prof. Reis Silva disse: “A leitura exaustiva das acções/ projectos previstos e do executado demonstra a dimensão extraordinária do falhanço e rotundo fracasso da estratégia do Partido Socialista neste ano de 2014... 93,7% é a dimensão extraordinária do falhanço e rotundo fracasso da estratégia do Partido Socialista neste ano de 2014 com o seu Orçamento das Freguesias. Face a esta realidade, iremos votar contra.” **(doc.11)**. --

- O Senhor Dr. Pina Simão disse: “vimos aqui a exposição, do Senhor Presidente da Câmara, relativamente às contas do ano de 2014 e apetece-me dizer, palavras para quê? Na verdade, uma imagem vale mais que mil palavras. E, pode-se concluir, desta exposição, que não é o fim da história. Não é, seguramente! Mas é, seguramente, o fim da maledicência que alguns Deputados e algumas outras pessoas, também, a coberto do anonimato costumam expor à saciedade, sobre estas matérias.

Ouvi com atenção todas as intervenções e todas elas tiveram, no meu ponto de vista, um ponto em comum, foram substancialmente retóricas! É fácil expor as ideias, difícil é concretizá-las em factos!

E, na verdade, o que nós temos de factos é aquilo que o Presidente da Câmara ali pôs.

Os Covilhanenses precisam, é que lhes digam a realidade, como tem feito o Senhor Presidente da Câmara, que tem trazido à tona, à luz do dia, aquilo que tem andado por baixo das mesas. Isto são factos.

Portanto, Senhor Presidente da Câmara, por isto que eu disse e porque esta Câmara fez, efectivamente, um bom trabalho, porque esta Câmara livrou os Covilhanenses dum pesadelo. Eu gostava que estes Deputados, que hoje aqui vêm votar contra, fossem junto das pessoas da Covilhã e lhe dissessem: Olhe, eu votei contra, porque afinal queria mais obra, mesmo que vocês tivessem que pagar mais impostos, mais taxas, menos isenções. Eu queria mais obra, mesmo que vos saísse do bolso, eu queria mais obra.

Eu gostava era de ver estes Deputados a dizerem isto, cara a cara, às pessoas da Covilhã.

Por isto, Senhor Presidente, o PS irá votar favoravelmente as contas que nos são apresentadas”. -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou esclarecimentos fazendo, em simultâneo, uma apresentação em PowerPoint que fica, para todos os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Prestação de Contas do Exercício do ano de 2014**, foi a mesma **aprovada por maioria com 32 votos a favor (PS e Presidentes de Junta de Freguesia), 5 votos contra (MAC e PCP) e 6 abstenções (MAC e PSD)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Dr. João Bernardo: “Sou forçado a votar contra a Conta de Gerência de 2014 por a mesma ser elaborada em face dos elementos não disponibilizados, designadamente no que diz respeito relativamente à questão da ICOVI e ou de elementos que não poderiam constar, nomeadamente, das Águas da Serra, para além de que não estão lá reflectidas outras contingências que foram levantadas no âmbito da Auditoria que foi realizada em 2014, e as mesmas não poderem corresponder à realidade, em face dos elementos objectivos que existem. Daí o meu voto contra.”-----

- Senhor Dr. Paulo Tourais: “Eu pretendia que a minha votação fosse justificada com este argumento do Senhor Dr. João Bernardo.”-----

2.3 – 2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de Abril de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 2733 de 2015.04.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Senhor Dr. Jorge Fael: “Nós vamos votar contra este ponto sabendo, no entanto, que decorre de uma imposição legal, por parte do Governo que aprovou, através da Lei 53/2014, o chamado Fundo de Apoio Municipal, que alguns Autarcas chamam, e bem, o fim da Autonomia Municipal.

Como é óbvio, não há nenhum Autarca que deseje ficar sujeito a uma tutela e a um estado de excepção, que é, no fundo, aquilo que significa o Fundo de Apoio Municipal.

O Governo tem sido pródigo em procurar virar os Municípios contra outros Municípios. Neste caso, Municípios endividados contra Municípios menos endividados.

Sendo certo que havendo problemas, e existem problemas, a sua resolução, na nossa perspectiva, nunca poderia ser feita desta forma. Ou seja, penalizando os Municípios com uma situação económica e financeira mais saudável para ir em auxílio de outros Municípios com mais dificuldades. Isto deveria ser feito numa lógica de Estado Central, de revisão da Lei das Finanças Locais, por exemplo, de revogação da Lei dos Compromissos.

Nos últimos anos, contando com os PEC’S e com estes últimos anos de implementação do Memorando de Entendimento, foram retirados às Autarquias, roubados, sonogados, como entenderem, mais de mil e quatrocentos milhões de euros. É desta ordem de valores que estamos a falar. É muito difícil não perceber a situação em que muitos dos Municípios incorreram, em virtude desta massa monetária que foi retirada às Autarquias. A maior parte dos Municípios são, hoje, contribuintes líquidos para a dívida. Ou seja, têm contribuído positivamente para a redução da dívida pública, ao contrário do Estado.

Vou terminar dizendo, é por esta razão que nós votamos contra. Porque discordamos, frontalmente, do Fundo de Apoio Municipal, que não resolve nenhum problema financeiro das Autarquias.

Trata-se de uma falsa solução de uma mutualização da dívida que não corresponde, não é solução de futuro para os problemas que as Autarquias enfrentam, neste momento. E, é um regime que viola, ostensivamente, a autonomia local e trata as Autarquias como se fossem Repartições Centrais da Administração do Estado". -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **2.ª Revisão Orçamental**, foi a mesma **aprovada por maioria com 39 votos a favor (PS, MAC, PSD e Presidentes de Junta de Freguesia) e 3 votos contra (PCP). A Senhora Dra. Mónica Ramôa, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o n.º 4, do artigo 31.º, do CPA e o n.º 6, do artigo 38.º, do Regimento Interno, não participou na discussão nem na votação.** -----

2.4 – CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS: COVILHÃ E CANHOSO; BOIDOBRA; CASEGAS E OURONDO; ERADA; PAUL; ORJAIS; SÃO JORGE DA BEIRA; SOBRAL DE S. MIGUEL; TEIXOSO E SARZEDO E UNHAIS DA SERRA

--- Na sequência das deliberações da Câmara Municipal, tomadas nas reuniões de 06 de Março e 10 de Abril de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através dos ofícios n.º 2569 e 2644 de 08 e 13 de Abril de 2015 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias: Covilhã e Canhoso; Boidobra; Casegas e Ourondo; Erada; Paul; Orjais; São Jorge da Beira; Sobral de S. Miguel; Teixoso e Sarzedo e Unhais da Serra** - foi a mesma **aprovada por unanimidade.** -----

2.5 – DESAFECTAÇÃO DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DO PRÉDIO COM A ÁREA DE 26,50 M2 SITO NA TRAVESSA DO SINEIRO - COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de Março de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 2672 de 14 de Abril de 2015 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente a Senhora Dra. Mónica Ramôa referindo: “Nós vamo-nos abster, porque compreendemos que isto é uma situação que urge resolver. Pedimos para que a Câmara tenha, aqui, em atenção alguns pequenos constrangimentos, nomeadamente a questão do escoamento superficial e a questão do estreitamento da via pública”. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Desafecção de Terreno do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado do Município do Prédio com a área de 26,50 m2 sito na Travessa do Sineiro - Covilhã** - foi a mesma **aprovada por maioria, com 39 votos a favor (PS, MAC, PSD e Presidentes de Junta de Freguesia) e 4 abstenções (PCP)**. -----

2.6 – CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Março de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea s), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 2572 de 08 de Abril de 2015 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Constituição do Conselho Municipal de Educação** - foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

2.7 – ADESÃO DO MUNICÍPIO À UCCLA – UNIÃO DAS CIDADES LUSO-AFRO-AMÉRICO-ASIÁTICAS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 10 de Março de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea n), do n.º 1 e alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o disposto no n.º 2, do artigo 56.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, através do ofício n.º 2649 de 13 de Abril de 2015 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Adesão do Município à UCCLA – União das Cidades Luso-Afro-Américo-Asiáticas** - foi a mesma **aprovada por unanimidade.** -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não houve intervenientes. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezanove horas e quarenta e três minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,